

Demonstrações Financeiras

Austral Seguradora S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório da Administração da Austral Seguradora S.A.	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Parecer dos atuários auditores independentes	64

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Austral Seguradora S.A. (doravante “Austral” ou “Seguradora”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos, atuando nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de petróleo, riscos marítimos e riscos diversos.

Dentre os destaques deste ano, ressaltamos o melhor resultado histórico da Austral e o início da comercialização de seguros de riscos nomeados e operacionais, estratégia que confirma o objetivo de atuar em novos nichos de mercado.

Em 2017, a Austral completou sete anos de atuação no mercado, se consolidando como player relevante nos segmentos de riscos corporativos, confirmando o reconhecimento de seus clientes e Resseguradores pela sua capacidade técnica e diferenciação na prestação de serviços.

Os prêmios emitidos cresceram de R\$308,1 milhões em 2016 para R\$347,5 milhões em 2017, demonstrando o sucesso das estratégias traçadas pela Austral durante o ano.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma relação estável em relação aos prêmios. Assim, o índice de despesas administrativas sobre prêmio emitido teve uma ligeira melhora, caindo de 5,6% em 2016 para 5,3% em 2017.

Já o resultado financeiro apresentou expressiva melhora em relação ao valor auferido no ano anterior, tendo atingido R\$19,3 milhões em 2017 comparado a R\$16,6 milhões em 2016. Ressaltamos que a Austral vem obtendo bons resultados financeiros seguindo uma conservadora política de investimentos.

Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido recorde histórico de R\$27,5 milhões em 2017, que representa um aumento de 38% em relação a 2016.

A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Austral mantém seus títulos nas categorias “Títulos para negociação” e “Disponível para venda”, conforme explicitado nas demonstrações financeiras, e não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria “Mantido até o vencimento”.

Relatório da Administração--Continuação

Ao final do exercício, o patrimônio líquido apurado foi de R\$138,1 milhões e o ativo total atingiu o montante de R\$982,1 milhões.

A Seguradora, como parte de sua política de reinvestimentos dos lucros, pretende reinvestir parte do lucro líquido no próprio negócio. De acordo com o Estatuto Social da Austral, aos seus acionistas é assegurado o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Por fim, a Austral agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC1RJ094644/O-0

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	705.646	478.306
Disponível	7.217	23.096
Caixa e bancos	7.217	23.096
Aplicações (Nota 6)	243.832	215.237
Títulos de renda fixa - públicos	126.545	123.978
Quotas de fundos de investimentos	26.317	25.230
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	74.778	66.029
Aplicações no exterior	16.192	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	119.949	90.169
Prêmios a receber (Nota 8)	108.616	83.363
Operações com seguradoras	3.308	3.242
Operações com resseguradoras	8.025	3.564
Outros créditos operacionais	68.774	2.264
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	236.373	124.179
Prêmio de resseguro diferido	141.258	105.368
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Nota 16)	45.642	10.793
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	49.473	8.018
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	6.909	5.180
Créditos a receber	3.934	2.255
Créditos tributários (Nota 10)	2.932	2.841
Outros créditos	43	84
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	22.592	18.181
Comissões diferidas - seguro	20.502	15.751
Comissões diferidas - cosseguro	2.090	2.251
Outros custos aquisição diferidas	-	179
Não circulante	276.463	189.711
Realizável a longo prazo	270.314	183.880
Aplicações (Nota 6)	39.651	12.334
Títulos de renda fixa - públicos	39.651	12.334
Créditos das operações com seguros e resseguros	53.649	49.210
Prêmios a receber (Nota 8)	53.542	48.568
Operações com seguradoras	107	642
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	119.550	98.321
Prêmio de resseguro diferido	107.885	90.156
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	10.349	7.161
Provisão de despesas relacionadas	1.316	1.004
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	28.443	-
Depósitos judiciais (Nota 10)	28.443	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	29.021	24.015
Comissões diferidas - seguro	26.268	20.030
Comissões diferidas - cosseguro	2.753	3.985
Imobilizado (Nota 12)	3.283	3.383
Bens móveis	2.980	3.138
Outras imobilizações	303	245
Intangível (Nota 13)	2.866	2.448
Outros intangíveis	2.866	2.448
Total do ativo	982.109	668.017

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo		
Circulante	<u>567.817</u>	334.362
Contas a pagar	<u>7.950</u>	8.065
Obrigações a pagar	5.032	5.326
Impostos e encargos sociais a recolher	1.779	1.553
Encargos trabalhistas	768	799
Impostos e contribuições	371	387
Débitos de operações com seguros e resseguros	<u>180.863</u>	87.831
Prêmios a restituir	183	486
Operações com seguradoras	7.591	4.133
Operações com resseguradoras (Nota 14)	160.108	73.535
Corretores de seguros e resseguros	12.503	9.388
Outros débitos operacionais	478	289
Depósitos de terceiros	<u>2.545</u>	768
Depósitos de terceiros	2.545	768
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	<u>376.459</u>	237.698
Provisão de prêmios não ganhos	210.655	161.387
Provisão de sinistros a liquidar	51.613	10.824
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	113.774	64.981
Outras provisões	417	506
Não circulante	<u>276.159</u>	221.455
Contas a pagar	<u>2.270</u>	1.059
Tributos diferidos	2.270	1.059
Débito das operações com seguros e resseguros	<u>35.109</u>	32.328
Operações com seguradoras	425	2.993
Operações com resseguradoras (Nota 14)	27.821	24.284
Corretores de seguros e resseguros	6.863	5.051
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	<u>238.770</u>	188.058
Provisão de prêmios não ganhos	189.631	167.454
Provisão de sinistro a liquidar	47.653	19.449
Provisão de despesas relacionadas	1.486	1.155
Outros débitos	<u>10</u>	10
Processos administrativos	10	10
Patrimônio líquido (Nota 17)	<u>138.133</u>	112.200
Capital social	63.837	44.360
Aumento capital social em aprovação	5.984	19.477
Reserva de capital (Nota 21)	1.938	1.754
Reserva de lucros	66.153	46.628
Ajuste com títulos e valores mobiliários	221	(19)
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>982.109</u></u>	<u>668.017</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios emitidos	347.548	308.139
Variações das provisões técnicas de prêmios	(68.009)	(68.663)
Prêmios ganhos (Nota 22.a)	279.539	239.476
Receita com emissão de apólices DPVAT	2.262	2.172
Sinistros ocorridos (Nota 22.b)	(131.646)	(14.971)
Custos de aquisição (Nota 22.c)	(23.398)	(18.765)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22.e)	(3.061)	(3.136)
Resultado com resseguro (Nota 22.d)	(73.678)	(163.117)
Despesas administrativas (Nota 22.f)	(18.486)	(17.191)
Despesas com tributos (Nota 22.g)	(2.415)	(6.083)
Resultado financeiro (Nota 22.h)	19.324	16.564
(=) Resultado operacional	48.441	34.949
Ganho ou perda com ativos não correntes	(326)	(3)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	48.115	34.946
Imposto de renda (Nota 18)	(8.684)	(6.026)
Contribuição social (Nota 18)	(7.167)	(5.110)
Participações sobre o lucro	(4.738)	(3.878)
(=) Lucro líquido do exercício	27.526	19.932
Quantidade de ações	56.566.347	53.941.999
Lucro por ação:		
Básico - lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,49	0,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	<u>27.526</u>	19.932
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	436	1.114
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(196)	(501)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	<u>240</u>	613
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos dos impostos	<u>27.766</u>	<u>20.545</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.548	2.812	1.311	2.074	30.502	(632)	-	77.615
Aprovação do aumento de capital (Nota 17.a)	2.812	(2.812)	-	-	-	-	-	-
Aumento capital social em aprovação (Nota 17.a)	-	19.477	-	-	-	-	-	19.477
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.932	19.932
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	613	-	613
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	443	-	-	-	-	443
Proposta para distribuição do resultado:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	997	-	-	(997)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	13.055	-	(13.055)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	-	(5.880)	(5.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.360	19.477	1.754	3.071	43.557	(19)	-	112.200
Aprovação do aumento de capital (Nota 17.a)	19.477	(19.477)	-	-	-	-	-	-
Aumento capital social em aprovação (Nota 17.a)	-	5.984	-	-	-	-	-	5.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.526	27.526
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	240	-	240
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	184	-	-	-	-	184
Proposta para distribuição do resultado:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.376	-	-	(1.376)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 17.c)	-	-	-	-	18.149	-	(18.149)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	-	(8.001)	(8.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	63.837	5.984	1.938	4.447	61.706	221	-	138.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	27.526	19.932
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.399	1.286
Perda na alienação do imobilizado	(336)	(4)
Remuneração baseada em ações	184	443
	28.773	21.657
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(55.672)	(60.645)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(100.729)	15.653
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(133.423)	79.665
Ativo fiscal diferido	1.211	1.059
Títulos e créditos a receber	(30.172)	(2.294)
Custos de aquisição diferidos	(9.417)	(5.350)
Impostos e contribuições	10.837	12.683
Débitos de operações com seguros e resseguros	95.813	(26.180)
Contas a pagar	(7.126)	(4.872)
Depósito de terceiros	1.777	17
Provisões técnicas de seguros e resseguros	189.473	(31.525)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.828)	(11.764)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(20.483)	(11.896)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	1	-
Aquisição de imobilizado	(61)	(513)
Aquisição de intangível	(1.320)	(1.065)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.380)	(1.578)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	5.984	19.477
Pagamento de dividendos	-	(384)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	5.984	19.093
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(15.879)	5.619
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.096	17.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.217	23.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 6 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante um aumento de capital social da Austral Participações S.A..

A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Seguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) Declaração de conformidade--Continuação

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e as alterações posteriores que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508 emitida em 9 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 26 de fevereiro de 2018.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

I) *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) *Títulos disponíveis para venda*

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) *Recebíveis*

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Seguradora classifica formalmente e documenta a relação à qual a Seguradora deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Seguradora irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição à mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro--Continuação

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento do prêmio de resseguro cedido é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

e) Passivos de seguro

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de seguro, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de resseguro, verificação da adequação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Passivos de seguro--Continuação

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

Para cada provisão técnica especificada a seguir foi desenvolvida pelo atuário responsável técnico uma nota técnica atuarial com a descrição da metodologia de cálculo adotada.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Conforme a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, essa provisão é constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos no normativo.

A parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes a esses riscos vigentes na data base de cálculo, mas não emitidos pela Seguradora.

A metodologia de cálculo adotada pela Companhia tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da Seguradora. Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

Esse critério de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de Despesa Administrativa do DPVAT

Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Passivos de seguro--Continuação

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário. Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimentos advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Para o cálculo da provisão de sinistros ocorridos e não avisados, a Seguradora utiliza os percentuais apresentados na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, uma vez que os resultados do teste de consistência mostram-se satisfatórios e as provisões mensais suficientes para a cobertura dos atrasos de sinistro observados pela Companhia.

Uma vez que a Seguradora passe a apresentar uma base de dados madura que permita o cálculo estatístico da provisão de IBNR, essa passará a utilizar metodologia específica para todas as linhas de negócio em que opera. Além do montante apurado acima, o valor final de IBNR pode ser acrescido de uma parcela adicional de expectativa de sinistro para o grupo de riscos financeiros. Essa parcela deverá ser informada pelas respectivas áreas envolvidas com todas as expectativas avisadas à Seguradora que ainda não foram caracterizados sinistros.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Ramos	31/12/2017	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
0141 Lucros cessantes	427	14
0167 Riscos de engenharia	732	24
0171 Riscos diversos	732	24
0196 Riscos nomeados operacionais	366	12
0234 Riscos de petróleo	458	15
0351 Responsabilidade civil geral	671	22
0746 Fiança locatícia	397	13
0775 Garantia segurado - setor público	1.342	44
0776 Garantia segurado - setor privado	885	29
1433 Cascos marítimos	336	11

Ramos	31/12/2016	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
0141 Lucros cessantes	397	13
0167 Riscos de engenharia	824	27
0171 Riscos diversos	397	13
0196 Riscos nomeados operacionais	366	12
0234 Riscos de petróleo	488	16
0351 Responsabilidade civil geral	793	26
0746 Fiança locatícia	488	16
0775 Garantia segurado - setor público	1.251	41
0776 Garantia segurado - setor privado	946	31
1433 Cascos marítimos	397	13

g) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

i) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

i) Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

j) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do exercício.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

l) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

m) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A Seguradora elaborou uma metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida no teste. De acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro.

A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

m) Teste de adequação de passivo--Continuação

Os testes de adequação de passivo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída, deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC nº 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

o) Apuração do resultado--Continuação

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

p) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do exercício. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro atribuível ao titular de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder do acionista (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da companhia e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

q) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- r) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP.

O CPC nº 47 (IFRS 15) - Receita de contratos com clientes: o CPC emitiu em maio de 2014 o novo pronunciamento de reconhecimento de receita, o CPC convergiu para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos (“full ou modified retrospective approach”). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. A IFRS 15 foi aprovada pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 561/17, porém não há impactos significativos na Companhia.

O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, não havendo qualquer esforço para eventual adoção antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR e provisão de despesas relacionadas - PDR.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de "PSL judicial".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Seguradora subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2017					Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
DPVAT	2.386	4.633	1.475	12.021	5.022	25.537
Garantia	11.484	6.554	7.916	132.860	3.067	161.881
Fiança locatícia	-	45	15	581	1	642
Risco de engenharia	1.354	47	-	5.698	7	7.106
Responsabilidade civil	200	3	-	247	-	450
Risco de petróleo	-	-	-	127.096	-	127.096
Riscos diversos	-	-	-	(51)	-	(51)
Lucros cessantes	-	79	-	2.791	798	3.668
Riscos nomeados operacionais	1.228	83	451	5.623	2.250	9.635
Marítimos - cascos	-	1.304	89	9.725	466	11.584
Total	16.652	12.748	9.946	296.591	11.611	347.548

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

a) Gestão de risco de seguro--Continuação

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2016					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	3.480	6.594	2.051	17.240	7.339	36.704
Garantia	15.805	12.945	3.510	104.299	3.457	140.016
Fiança locatícia	-	-	-	667	-	667
Risco de engenharia	32	57	2	9.433	14	9.538
Responsabilidade civil	2	1	-	258	1	262
Risco de petróleo	-	-	-	103.122	-	103.122
Riscos diversos	-	-	-	1.568	-	1.568
Lucros cessantes	-	-	-	4.141	1.361	5.502
Riscos nomeados operacionais	1.168	-	-	5.175	2.182	8.525
Marítimos - cascos	-	523	-	1.604	108	2.235
Total	20.487	20.120	5.563	247.507	14.462	308.139

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2017					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.386	4.633	1.475	12.021	5.022	25.537
Garantia	6.148	3.931	4.686	58.426	1.616	74.807
Fiança locatícia	-	30	10	352	1	393
Risco de engenharia	258	23	-	1.082	4	1.367
Responsabilidade civil	42	1	-	69	-	112
Risco de petróleo	-	-	-	3.816	-	3.816
Riscos diversos	-	-	-	(35)	-	(35)
Lucros cessantes	-	4	-	228	32	264
Riscos nomeados operacionais	262	4	79	117	90	552
Marítimos - cascos	-	574	35	2.553	168	3.330
Total	9.096	9.200	6.285	78.629	6.933	110.143

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2016					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	3.480	6.594	2.051	17.240	7.339	36.704
Garantia	9.581	7.301	2.191	49.234	2.103	70.410
Fiança locatícia	-	-	-	450	-	450
Risco de engenharia	16	29	1	2.565	7	2.618
Responsabilidade civil	1	-	-	126	-	127
Risco de petróleo	-	-	-	4.518	-	4.518
Riscos diversos	-	-	-	1.281	-	1.281
Lucros cessantes	-	-	-	564	55	619
Riscos nomeados operacionais	256	-	-	799	88	1.143
Marítimos - cascos	-	158	-	1.015	42	1.215
Total	13.334	14.082	4.243	77.792	9.634	119.085

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Seguradora em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Seguradora possui um Comitê de Investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (B++).

Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$2.278 em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

d) Risco de mercado--Continuação

Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente a empresa possui 67% (64% em 31 de dezembro de 2016) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 26% (26% em 31 de dezembro de 2016) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 4% (5% em 31 de dezembro de 2016) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazo de resgate até 120 dias.

Vale ressaltar que a Seguradora faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez—Continuação

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2017			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	7.217	-	-	7.217
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	236.684	7.148	-	243.832
Ativos financeiros disponíveis para venda	39.651	-	-	39.651
Crédito das operações de seguros e resseguros	119.949	23.343	30.306	173.598
Outros créditos operacionais	68.774	-	-	68.774
Títulos e créditos a receber	6.909	28.443	-	35.352
Total de ativos	479.184	58.934	30.306	568.424
Contas a pagar	7.950	2.270	-	10.220
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	140.086	60.829	58.391	259.306
Débito das operações de seguros e resseguros	180.863	11.894	23.215	215.972
Depósitos de terceiros	2.545	-	-	2.545
Total de passivos	331.444	74.993	81.606	488.043

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2016			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	23.096	-	-	23.096
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	203.180	12.057	-	215.237
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.334	-	-	12.334
Crédito das operações de seguros e resseguros	92.432	21.696	27.514	141.642
Títulos e créditos a receber	5.180	-	-	5.180
Total de ativos	336.222	33.753	27.514	397.489
Contas a pagar	8.065	1.059	-	9.124
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	113.519	61.200	28.537	203.256
Débito das operações de seguros e resseguros	87.831	15.014	17.314	120.159
Depósitos de terceiros	768	-	-	768
Total de passivos	210.183	77.273	45.851	333.307

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade

A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk* - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,09% do patrimônio da carteira ou 0,17% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+300bps (*)	(10.750)	Inflação	-300bps (*)	10.750
Câmbio	+10%	2.340	Câmbio	-10%	(2.340)
Total		(8.410)	Total		8.410

(*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2017.

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravamento nos valores das indenizações avisadas dos últimos 12 meses por ramo de atuação da Seguradora. Essa sinistralidade teste foi limitada a uma sinistralidade mínima de 10% sobre o prêmio ganho apurado por ramo dos últimos 12 meses. Os valores utilizados são líquidos das operações de cosseguro cedido e brutos das operações de cosseguro aceito. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros e, conseqüentemente, possíveis alterações de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR.

A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados brutos e líquidos de resseguros, considerando as sinistralidades abaixo informadas por ramo de atuação da Seguradora:

Ramos	31 de dezembro de 2017			
	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Varição de IBNR bruto de resseguro	Teste de Varição de IBNR, líquido de resseguro
Lucros cessantes	379	25	-	-
Riscos de engenharia	256	5	41	1
Riscos diversos	17	12	1	1
Riscos nomeados operacionais	849	2	-	-
Riscos de petróleo	3.886	10	-	-
Responsabilidade civil geral	41	10	-	-
Fiança locatícia	43	19	4	2
Garantia segurado - setor público	7.507	601	541	43
Garantia segurado - setor privado	3.553	333	256	24
Cascos Marítimos	251	-	-	-
Total	16.782	1.017	843	71

Ramos	31 de dezembro de 2016			
	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Varição de IBNR bruto de resseguro	Teste de Varição de IBNR, líquido de resseguro
Lucros cessantes	481	-	-	-
Riscos de engenharia	981	9	-	-
Riscos diversos	1.256	855	10	7
Riscos nomeados operacionais	786	-	-	-
Riscos de petróleo	9.534	39	-	-
Responsabilidade civil geral	27	-	-	-
Fiança locatícia	61	-	-	-
Garantia segurado - setor público	6.621	2.715	-	-
Garantia segurado - setor privado	2.044	920	79	36
Cascos Marítimos	501	8	-	-
Total	22.292	4.546	89	43

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Teste de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade--Continuação

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2017 seria uma redução do resultado e do patrimônio líquido no montante de R\$667 (R\$2.824 em 31 de dezembro de 2016).

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

		31 de dezembro de 2017							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos para negociação									
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	74.778	-	-	-	74.778	74.778	26%	26%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	86.016	40.529	-	126.545	126.541	45%	45%
Certificado de depósito no exterior	1,38%	-	16.192	-	-	16.192	16.192	6%	6%
Quotas de fundos de investimentos	-	26.317	-	-	-	26.317	26.317	9%	9%
II. Títulos disponíveis para venda									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	8.452	31.199	39.651	39.284	14%	14%
Total		101.095	102.208	48.981	31.199	283.483	283.112	100%	100%
		31 de dezembro de 2016							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos para negociação									
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	66.029	-	-	-	66.029	66.029	29%	29%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	24.794	80.017	-	104.811	104.828	46%	46%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	-	19.167	19.167	18.693	8%	8%
Quotas de fundos de investimentos	-	25.230	-	-	-	25.230	25.230	11%	11%
II. Títulos disponíveis para venda									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	2.117	1 0.217	12.334	12.403	5%	5%
Total		91.259	24.794	82.134	29.384	227.571	227.183	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados que a Seguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos para negociação						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	6.342	19.975	26.317	-	25.230	25.230
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	74.778	74.778	-	66.029	66.029
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	16.192	-	16.192	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	126.545	-	126.545	104.811	-	104.811
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	19.167	-	19.167
II. Títulos disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	39.651	-	39.651	12.334	-	12.334
Total	188.730	94.753	283.483	136.312	91.259	227.571

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	150.034	16.279	166.313
(+) Aplicações	111.739	24.642	136.381
(-) Resgates	(87.724)	(13.948)	(101.672)
(+/-) Transferência de classificação	19.168	(19.168)	-
(+) Rendimentos	18.678	2.941	21.619
(+/-) Ajuste ao valor justo	3.342	1.588	4.930
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	215.237	12.334	227.571
(+) Aplicações	181.264	32.443	213.707
(-) Resgates	(167.545)	(8.168)	(175.713)
(+) Rendimentos	14.854	2.606	17.460
(+/-) Ajuste ao valor justo	22	436	458
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	243.832	39.651	283.483

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas--Continuação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	400.286	328.841
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	99.266	30.273
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	113.774	64.981
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.486	1.155
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	417	506
Total das provisões técnicas	615.229	425.756
Direitos creditórios	(141.403)	(112.337)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(34.696)	(30.438)
Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG	(139.497)	(114.619)
Recuperação de sinistros a liquidar - PSL	(59.822)	(15.179)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(45.642)	(10.793)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(1.316)	(1.004)
Depósitos judiciais redutores	(28.443)	-
Provisão do consórcio DPVAT	(74.678)	(66.014)
Total das exclusões	(525.497)	(350.384)
Total das provisões técnicas para cobertura	89.732	75.372
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	43.100	60.848
Notas do tesouro nacional - NTN-B	39.651	28.230
Quotas de fundos de investimentos	17.184	15.367
Quotas de fundo de investimento imobiliário	6.342	-
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	106.277	104.445
Suficiência	16.545	29.073

8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prêmios a receber - circulante	108.616	83.363
Prêmios a receber - não circulante	53.542	48.568
Total circulante e não circulante	162.158	131.931
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	53.138	18.574
De 31 a 60 dias	16.835	23.095
De 61 a 120 dias	15.858	26.792
De 121 a 180 dias	7.506	2.382
De 181 a 360 dias	11.501	9.824
Superior a 360 dias	53.542	48.568
Total de prêmios a vencer	158.380	129.235
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	3.113	2.686
De 31 a 60 dias	291	-
De 61 a 120 dias	374	1
De 121 a 180 dias	-	9
Total de prêmios vencidos	3.778	2.696
Total de prêmios a receber	162.158	131.931

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber--Continuação

	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação dos prêmios a receber		
Saldo inicial	131.931	142.845
(+) Prêmios emitidos	324.353	305.846
(+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	26.306	(17.254)
(+) Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	9.761	11.176
(+/-) Adicional de fracionamento	423	359
(-) Recebimentos	(330.616)	(311.045)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	-	4
Saldo final	162.158	131.931

Cabe destacar que o valor de prêmios vencidos acima de 61 dias não foi contabilizado como redução ao valor recuperável, uma vez que a sua maior parte foi recebida em janeiro de 2018 e a Companhia não considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi observado que a Seguradora tem operado com uma média de parcelamento de 03 vezes.

9. Ativos de resseguros - provisões técnicas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	45.642	10.793
Recuperação de despesa de sinistro	1.316	1.004
Recuperação de indenização de sinistro	59.822	15.179
Prêmio de resseguro diferido	249.143	195.524
Total geral	355.923	222.500
Total circulante	236.373	124.179
Total não circulante	119.550	98.321

10. Títulos e créditos a receber

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$2.932 (R\$2.841 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a: (i) R\$2.381 (R\$970 em 31 de dezembro de 2016) referente a créditos tributários de programa de integração social PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS calculados sobre o saldo da provisão de sinistro a liquidar - PSL e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR; (ii) R\$529 (R\$1.156 em 31 de dezembro de 2016) referente a créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL; e (iii) R\$22 (R\$715 em 31 de dezembro de 2016) referente a créditos tributários de programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS, pago a maior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Títulos e créditos a receber--Continuação

a) Créditos tributários--Continuação

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não Avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

b) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$28.443 refere-se à ação de consignação em pagamento proposta pela seguradora em face do segurado, por meio da qual a seguradora depositou em Juízo o valor da indenização securitária apurada em processo de regulação de sinistro (valor este devidamente atestado por laudo técnico), diante da discordância e recusa do segurado em receber o valor apurado. O referido valor poderá ser levantado pelo segurado e a ação seguirá em andamento com a discussão do controverso.

11. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2016	Constituição	Amortização	31/12/2017
Garantia	15.144	4.657	(515)	19.286
Fiança locatícia	61	72	(64)	69
Responsabilidade civil	40	49	(7)	82
Riscos de engenharia	1.039	636	(102)	1.573
Riscos de petróleo	987	220	(703)	504
Riscos diversos	179	-	(179)	-
Riscos nomeados e operacionais	68	319	(231)	156
Lucros cessantes	49	43	(70)	22
Marítimos - cascos	614	776	(490)	900
Total circulante	18.181	6.772	(2.361)	22.592
Garantia	22.188	7.940	(1.989)	28.139
Fiança locatícia	28	3	(17)	14
Responsabilidade civil	63	8	(47)	24
Riscos de engenharia	1.637	170	(965)	842
Riscos de petróleo	99	93	(190)	2
Total não circulante	24.015	8.214	(3.208)	29.021
Total circulante e não circulante	42.196	14.986	(5.569)	51.613

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

	31/12/2015	Constituição	Amortização	31/12/2016
Garantia	13.031	2.825	(712)	15.144
Fiança locatícia	54	41	(34)	61
Responsabilidade civil	42	14	(16)	40
Riscos de engenharia	893	482	(336)	1.039
Riscos de petróleo	377	1.003	(393)	987
Riscos diversos	372	16	(209)	179
Riscos nomeados e operacionais	94	323	(349)	68
Lucros cessantes	4	174	(129)	49
Marítimos - cascos	548	502	(436)	614
Total circulante	15.415	5.380	(2.614)	18.181
Garantia	20.450	3.904	(2.166)	22.188
Fiança locatícia	18	17	(7)	28
Responsabilidade civil	29	57	(23)	63
Riscos de engenharia	901	1.264	(528)	1.637
Riscos de petróleo	33	303	(237)	99
Total não circulante	21.431	5.545	(2.961)	24.015
Total circulante e não circulante	36.846	10.925	(5.575)	42.196

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2017
Equipamentos	20%	252	153	(48)	(73)	284
Instalações	10%	2.104	624	(720)	14	2.022
Móveis, máquinas e utensílios	10%	782	57	(5)	(102)	732
Outras imobilizações	10%	245	-	-	-	245
Total		3.383	834	(773)	(161)	3.283

	Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2016
Equipamentos	20%	330	13	-	(91)	252
Instalações	10%	2.063	299	-	(258)	2.104
Móveis, máquinas e utensílios	10%	694	185	-	(97)	782
Outras imobilizações	10%	262	16	-	(33)	245
Total		3.349	513	-	(479)	3.383

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Amortização	31/12/2017
Direito de uso software	20%	2.448	1.320	(902)	2.866
Total		2.448	1.320	(902)	2.866

	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Aquisições	Amortização	31/12/2016
Direito de uso software	20%	2.190	1.065	(807)	2.448
Total		2.190	1.065	(807)	2.448

14. Débito das operações com seguro e resseguro - operações com resseguradoras

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de resseguro cedido	131.511	100.976
Comissão	(32.081)	(27.993)
Outros	60.678	552
Total circulante	160.108	73.535
Prêmios de resseguro cedido	47.553	40.996
Comissão	(19.732)	(16.712)
Total não circulante	27.821	24.284
Total geral	187.929	97.819

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros

Ramos	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantia						
Provisões de prêmios não ganhos	292.326	248.396	(150.038)	(124.751)	142.288	123.645
Sinistro a liquidar - administrativo	5.551	301	(5.268)	(180)	283	121
Sinistro a liquidar - judicial	39.518	8.636	(10.266)	(7.136)	29.252	1.500
Sinistros ocorridos, mas não avisados	38.915	1.968	(35.796)	(910)	3.119	1.058
Provisões de despesas relacionadas	1.476	1.151	(1.308)	(1.002)	168	149
Total	377.786	260.452	(202.676)	(133.979)	175.110	126.473
Fiança locatícia						
Provisões de prêmios não ganhos	395	399	(172)	(138)	223	261
Sinistros ocorridos, mas não avisados	35	25	(19)	(8)	16	17
Total	430	424	(191)	(146)	239	278
Riscos de engenharia						
Provisões de prêmios não ganhos	23.819	26.505	(20.221)	(22.052)	3.598	4.453
Sinistro a liquidar - administrativo	868	6.755	(862)	(6.741)	6	14
Sinistro a liquidar - judicial	95	36	(83)	(25)	12	11
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.727	1.472	(1.633)	(1.198)	94	274
Provisões de despesas relacionadas	10	4	(8)	(2)	2	2
Total	26.519	34.772	(22.807)	(30.018)	3.712	4.754
DPVAT						
Sinistros a liquidar - administrativo	1.726	2.481	-	-	1.726	2.481
Sinistro a liquidar - judicial	8.039	10.777	-	-	8.039	10.777
Sinistros ocorridos, mas não avisados	64.496	52.249	-	-	64.496	52.249
Provisões de despesas relacionadas	417	506	-	-	417	506
Total	74.678	66.013	-	-	74.678	66.013
Riscos de petróleo						
Provisões de prêmios não ganhos	74.924	48.598	(72.490)	(45.421)	2.434	3.177
Sinistro a liquidar - administrativo	40.393	719	(40.279)	(616)	114	103
Sinistros ocorridos, mas não avisados	8.235	8.792	(7.940)	(8.368)	295	424
Total	123.552	58.109	(120.709)	(54.405)	2.843	3.704
Riscos marítimos - cascos						
Provisões de prêmios não ganhos	8.243	3.838	(5.817)	(2.693)	2.426	1.145
Sinistro a liquidar - administrativo	3.073	450	(3.063)	(443)	10	7
Sinistros ocorridos, mas não avisados	319	359	(224)	(268)	95	91
Total	11.635	4.647	(9.104)	(3.404)	2.531	1.243
Riscos diversos						
Provisões de prêmios não ganhos	1	557	-	(106)	1	451
Sinistro a liquidar - administrativo	3	118	(1)	(38)	2	80
Sinistros ocorridos, mas não avisados	14	96	(5)	(31)	9	65
Total	18	771	(6)	(175)	12	596
Responsabilidade civil geral						
Provisões de prêmios não ganhos	578	548	(405)	(363)	173	185
Sinistros ocorridos, mas não avisados	33	20	(25)	(10)	8	10
Total	611	568	(430)	(373)	181	195
Total circulante	376.459	237.698	(236.373)	(124.179)	140.086	113.519
Total não circulante	238.770	188.058	(119.550)	(98.321)	119.220	89.737
Total geral	615.229	425.756	(355.923)	(222.500)	259.306	203.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Desenvolvimento das provisões de prêmios não ganhos	31/12/2017			31/12/2016		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	328.841	(195.524)	133.317	270.693	(164.029)	106.664
Prêmios emitidos no período	322.011	(237.405)	84.606	271.436	(189.054)	82.382
Prêmio ganho no período	(254.096)	186.838	(67.258)	(203.021)	149.789	(53.232)
Ganho variação cambial	3.530	(3.052)	478	(10.267)	7.770	(2.497)
Final do exercício	400.286	(249.143)	151.143	328.841	(195.524)	133.317

Desenvolvimento das provisões de sinistro	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	30.902	(26.976)	3.926	140.931	(138.136)	2.795
Indenizações avisadas	154.998	(144.262)	10.736	(44.268)	21.261	(23.007)
Despesas com sinistro	2.129	(1.723)	406	2.527	(1.789)	738
Recuperação de indenização	(1.671)	24.559	22.888	24.319	-	24.319
Recuperação de despesa	(36)	-	(36)	(424)	-	(424)
Variação de sinistro ocorrido, mas não avisado	36.546	(34.849)	1.697	2.565	(1.553)	1.012
Sinistros pagos no período	(85.086)	78.521	(6.565)	(81.876)	81.911	35
Despesas relacionadas pagas	(2.047)	1.656	(391)	(1.551)	989	(562)
Recuperação de despesa relacionada	36	-	36	424	-	424
Variação cambial	1.526	(1.525)	1	(13.454)	12.048	(1.406)
Atualização monetária	2.968	(2.181)	787	1.709	(1.707)	2
Final do exercício	140.265	(106.780)	33.485	30.902	(26.976)	3.926

Movimentação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	12.732	(10.793)	1.939	10.167	(9.240)	927
Movimentação	36.546	(34.849)	1.697	2.565	(1.553)	1.012
Final do exercício	49.278	(45.642)	3.636	12.732	(10.793)	1.939

Movimentação da provisão de PDR	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	1.155	(1.004)	151	3	(2)	1
Movimento	331	(312)	19	1.152	(1.002)	150
Final do exercício	1.486	(1.316)	170	1.155	(1.004)	151

Movimentação da provisão de PSL	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	17.015	(15.179)	1.836	130.761	(128.894)	1.867
Movimento	72.486	(44.643)	27.843	(113.746)	113.715	(31)
Final do exercício	89.501	(59.822)	29.679	17.015	(15.179)	1.836

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Conciliação das provisões	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Provisão de sinistros a liquidar	89.501	(59.822)	29.679	17.015	(15.179)	1.836
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	49.278	(45.642)	3.636	12.732	(10.793)	1.939
Provisões de despesas relacionadas	1.486	(1.316)	170	1.155	(1.004)	151
Provisão total de sinistros	140.265	(106.780)	33.485	30.902	(26.976)	3.926
Provisão de prêmios não ganhos	400.286	(249.143)	151.143	328.841	(195.524)	133.317
Total geral	540.551	(355.923)	184.628	359.743	(222.500)	137.243

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros apresentado nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois as informações demonstradas do DPVAT são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Tabela de desenvolvimento de sinistro a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

Ano de aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sinistros avisados						
No final de ano de aviso	1.051	20.905	712	131.006	4.441	116.873
01 ano depois	1.648	20.702	618	94.695	37.875	-
02 anos depois	1.831	20.735	612	97.715	-	-
03 anos depois	1.805	20.735	612	-	-	-
04 anos depois	1.810	20.735	-	-	-	-
05 anos depois	1.810	-	-	-	-	-
Correção monetária judicial	4	-	-	1.929	9	767
Varição cambial	-	-	-	-	1.422	116
Total de sinistros avisados	1.814	20.735	612	99.644	39.306	117.756
Falta acumulada	763	(170)	(100)	(31.362)	34.865	-
Falta acumulada	73%	(1%)	(14%)	(24%)	785%	-
Ano de aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pagamentos efetuados						
No final de ano de aviso	411	8.518	30	686	2.083	76.050
01 ano depois	1.264	19.699	208	80.376	2.905	-
02 anos depois	1.774	20.735	312	88.590	-	-
03 anos depois	1.774	20.735	312	-	-	-
04 anos depois	1.774	20.735	-	-	-	-
05 anos depois	1.774	-	-	-	-	-
Total de pagamentos	1.774	20.735	312	88.590	2.905	76.050
Provisão de sinistros a liquidar	639	12.771	1.742	130.761	17.015	89.501
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	1.072	8.009	5.461	10.167	12.732	49.278
Total de passivo	1.711	20.780	7.203	140.928	29.747	138.779

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistro a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

Ano de aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sinistros avisados						
No final de ano de aviso	735	19.445	513	128.832	3.089	83.418
01 ano depois	1.154	19.494	384	93.942	36.411	-
02 anos depois	1.282	19.518	378	96.494	-	-
03 anos depois	1.263	19.518	378	-	-	-
04 anos depois	1.267	19.518	-	-	-	-
05 anos depois	1.267	-	-	-	-	-
Correção monetária judicial	1	-	-	602	6	1
Variação cambial	-	-	-	-	1.280	116
Total de sinistros avisados	1.268	19.518	378	97.096	37.697	83.535
Falta acumulada	535	73	(135)	(30.065)	34.800	-
Falta acumulada	73%	-	(26%)	(23%)	1.127%	-
Recebimentos efetuados						
No final de ano de aviso	288	7.585	23	249	907	69.658
01 ano depois	885	18.552	95	81.150	1.583	-
02 anos depois	1.242	19.518	198	89.337	-	-
03 anos depois	1.242	19.518	198	-	-	-
04 anos depois	1.242	19.518	-	-	-	-
05 anos depois	1.242	-	-	-	-	-
Total de recebimentos	1.242	19.518	198	89.337	1.583	69.658
Provisão de sinistros a liquidar	447	12.129	1.472	128.894	15.179	59.822
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	646	7.039	4.416	9.240	10.793	45.642
Total do ativo	1.093	19.168	5.888	138.134	25.972	105.464

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Evolução de sinistros administrativos		
Até 01 ano	1.726	2.481
Provisão de sinistro a liquidar administrativo	1.726	2.481
Evolução de sinistros judiciais		
Até 01 ano	2.897	4.111
De 01 a 02 anos	1.869	2.173
De 02 a 03 anos	1.247	1.402
De 03 a 04 anos	783	846
De 04 a 05 anos	458	582
Superior a 05 anos	785	1.663
Provisão de sinistro a liquidar judicial	8.039	<u>10.777</u>
Total provisão de sinistro a liquidar	9.765	13.258
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	64.496	52.249

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2017, o capital social subscrito e integralizado é representado por 56.566.347 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição em espécie, com emissão de novas ações, no montante de R\$2.812 com a emissão de 1.634.774 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,72 (em reais) por ação, com base no preço de unitário de emissão. Assim, o capital social de R\$41.548 aumentou para R\$44.360, e o número de ações de 42.470.190 para 44.104.964 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 1.339, de 15 de abril de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.998 e a subscrição em espécie no montante de R\$14.479, com emissão de novas ações, no montante de R\$19.477 com a emissão de 9.837.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,98. Assim, o capital social de R\$44.360 aumentou para R\$63.837, e o número de ações de 44.104.964 para 53.941.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 285, de 22 de março de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.984, com emissão de 2.624.348 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,28. Assim, o capital social de R\$63.837 aumentou para R\$69.821, e o número de ações de 53.941.999 para 56.566.347 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital ainda se encontra em aprovação pela SUSEP.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, em forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	27.526	19.932
Destinação para reserva legal	(1.376)	(997)
Base de cálculo	26.150	18.935
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.538	4.734
Valor dos juros sobre capital próprio creditado em substituição aos dividendos mínimos (*)	(8.001)	(5.880)
Juros sobre capital próprio em relação aos dividendos mínimos obrigatórios	(1.464)	(1.146)

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais no montante de R\$8.001 e R\$5.880 (bruto de imposto de renda retido na fonte) e no montante de R\$6.801 e R\$3.760 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Patrimônio líquido	138.133	112.200
Intangível	(2.866)	(2.448)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	2.231	924
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	137.498	110.676
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição (CRsubs)	14.036	12.692
Capital adicional de risco operacional (CROper)	2.522	1.746
Capital adicional de risco de crédito (CRcred)	18.760	8.202
Capital adicional de risco de mercado (CRMerc)	5.921	2.620
Benefício da diversificação	(7.985)	(4.365)
Capital de risco - CR (b)	33.254	20.895
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	33.254	20.895
Patrimônio líquido ajustado	137.498	110.676
(-) Exigência de capital - EC	33.254	20.895
Suficiência de capital - R\$	104.244	89.781
Suficiência de capital (% da EC)	313%	430%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão reconciliados, como se segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	48.115	48.115	34.946	34.946
Participações estatutárias no lucro	(4.738)	(4.738)	(3.878)	(3.878)
Juros sobre o capital	(8.001)	(8.001)	(5.880)	(5.880)
Base de cálculo	35.376	35.376	25.188	25.188
Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes	(8.843)	(7.075)	(6.297)	(5.038)
(Adições)/exclusões permanentes no cálculo da tributação	(49)	(57)	(54)	(43)
Varição cambial	25	20	(353)	(282)
Ajuste a valor de mercado	176	141	876	701
Outras provisões	313	250	22	17
(Adições)/exclusões temporárias no cálculo da tributação	514	411	545	436
Deduções fiscais	264	-	324	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(8.114)	(6.721)	(5.482)	(4.645)
(Despesa)/receita de tributos diferidos	(570)	(446)	(544)	(465)
Total de receita/(despesa)	(8.684)	(7.167)	(6.026)	(5.110)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, e a emissão de apólices de seguros e contratos de resseguros, cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e resultado com resseguro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte, a pagar aos acionistas de R\$817.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$1.417 (R\$1.396 em 31 de dezembro de 2016). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Inbrands S.A.	-	-	3	-	3	112
BK Brasil Operação e Assessoria de Restaurante S.A.	2	1	12	-	96	97
Companhia de Marcas	-	283	341	-	(341)	377
Unidas S.A.	-	-	-	-	4	55
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	-	-	284	115	(168)	603
CHL CVI Incorporações Ltda.	4	-	7	-	(7)	-
Gold Los Angeles Empreend. Imobiliários SPE Ltda.	42	-	198	-	(155)	-
Braquiara Empreendimentos	-	-	38	37	(445)	(398)
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	48	19	(463)	(262)
Austral Participações S.A.	-	-	817	-	(8.001)	(5.880)
Austral Resseguradora S.A.	26.968	12.548	52.948	34.802	(11.492)	(24.680)
Administradores	-	-	-	-	(1.417)	(1.396)
Total	27.016	12.832	54.696	34.973	(22.386)	(31.372)

20. Ramos de atuação

Os ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade % (a)		Índice de comercialização % (b)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantia	118.580	86.298	54,80	1,69	15,96	16,82
Fiança locatícia	645	610	67,84	(0,83)	21,71	20,98
Riscos de engenharia	10.110	9.687	27,51	4,53	11,46	10,29
Riscos de petróleo	103.259	86.091	37,57	(24,46)	1,08	(0,52)
Cascos marítimos	7.445	4.805	35,64	16,83	13,92	11,32
Riscos diversos	505	2.253	17,90	52,70	10,93	31,79
Responsabilidade civil geral	420	267	2,93	(0,32)	14,82	15,63
Riscos nomeados e operacionais	9.308	8.198	5,03	9,05	5,46	7,48
Lucros Cessantes	3.824	4.813	(1,46)	3,18	2,51	5,26
DPVAT	25.443	36.454	84,44	85,70	1,18	1,41
Total de prêmios ganhos	279.539	239.476	47,09	6,25	8,37	7,84

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / (Prêmio emitido líquido - variação da provisão de prêmios não ganhos).

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Ramos de atuação--Continuação

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantia	152.074	99.851	(83.961)	(51.203)	68.113	48.648	44,79	48,84	55,21	51,28
Fiança locatícia	642	667	(250)	(217)	392	450	61,00	67,47	39,00	32,53
Responsabilidade civil geral	222	259	(160)	(128)	62	131	27,93	50,58	72,07	49,42
Riscos de engenharia	5.035	7.088	(3.980)	(4.384)	1.055	2.704	20,95	38,15	79,05	61,85
Riscos de petróleo	106.513	113.934	(102.808)	(108.559)	3.705	5.375	3,48	4,72	96,52	95,28
Riscos diversos	(1)	1.742	-	(311)	(1)	1.431	100,00	82,15	-	17,85
Lucros cessantes	-	2.446	-	(2.072)	-	374	-	15,29	-	84,71
Marítimos - cascos	6.172	8.515	(4.040)	(6.345)	2.132	2.169	34,54	25,48	65,46	74,52
DPVAT	25.537	36.704	-	-	25.537	36.704	100,00	100,00	-	-
Total	296.194	271.205	(195.199)	(173.219)	100.995	97.986	34,10	36,13	65,90	63,87

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantia	7.290	40.232	(3.124)	(17.556)	4.166	22.676	57,15	56,37	42,85	43,66
Responsabilidade civil geral	202	6	(159)	(3)	43	3	21,29	50,00	78,71	50,00
Riscos de engenharia	1.201	2.619	(1.101)	(2.286)	100	333	8,33	12,71	91,67	87,29
Riscos de petróleo	429	242	(305)	(117)	124	125	28,90	51,65	71,10	48,35
Lucros cessantes	3.507	3.056	(3.272)	(2.811)	235	245	6,70	8,02	93,30	91,98
Riscos nomeados operacionais	10.611	7.577	(9.927)	(6.560)	684	1.017	6,45	13,42	93,55	86,58
Marítimos - cascos	1.808	456	(1.553)	(354)	255	102	14,10	22,37	85,90	77,63
Total	25.048	54.188	(19.441)	(29.687)	5.607	24.501	22,39	45,21	77,61	54,79

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro de RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantia	2.516	(67)	9	(849)	2.525	(916)	100,36	1.367,16	(0,36)	(1.267,16)
Fiança locatícia	1	1	1	(2)	2	(1)	200,00	100,00	(100,00)	200,00
Responsabilidade civil geral	26	(4)	(18)	(3)	8	(7)	30,77	200,00	69,23	(100,00)
Riscos de engenharia	871	(169)	(658)	(250)	213	(419)	24,45	247,93	75,55	(147,93)
Riscos de petróleo	20.154	(11.054)	(20.167)	10.072	(13)	(982)	(0,06)	8,88	100,06	91,12
Riscos diversos	(51)	(174)	16	26	(35)	(148)	68,63	86,21	31,37	13,79
Lucros cessantes	161	-	(132)	-	29	-	18,01	-	81,99	-
Riscos nomeados operacionais	(976)	948	844	(821)	(132)	127	13,52	13,40	86,48	86,60
Marítimos - cascos	3.604	(6.735)	(2.660)	5.679	944	(1.056)	26,19	15,68	73,81	84,32
Total	26.306	(17.254)	(22.765)	13.852	3.541	(3.402)	13,46	19,72	86,54	(80,28)
Total geral	347.548	308.139	(237.405)	(189.054)	110.143	119.085	31,69	38,65	68,31	61,35

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2017	31/12/2016
Resseguradora local	(171.966)	(97.576)
Resseguradora admitida	(63.815)	(89.845)
Resseguradora eventual	(1.624)	(1.633)
Total	(237.405)	(189.054)

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Seguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de *vesting*, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de *vesting*, dependendo do beneficiário, sendo a última data de *vesting* em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última data de *vesting* em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2016	10.924.986
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2016	7.626.930
Totalidade de opções exercidas	450.590
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	10.474.396
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2017	8.980.039

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.474.396 opções em aberto representam uma diluição de até 4,30% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Seguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$1.938 (R\$1.754 em 31 de dezembro de 2016).

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prêmio emitido direto	277.090	239.542
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	25.048	54.188
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(6.433)	(5.041)
Prêmio emitido DPVAT	25.537	36.704
Prêmio risco vigente não emitido	26.306	(17.254)
Variação das provisões técnicas	(68.009)	(68.663)
Prêmios ganhos	279.539	239.476

b) Sinistros ocorridos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Indenizações diretas	(154.998)	44.268
Indenizações DPVAT	(14.851)	(14.567)
Despesas diretas	(2.165)	(2.527)
Despesas DPVAT	(6.539)	(6.352)
Recuperação de sinistro	1.707	(23.848)
Salvados e ressarcimentos	81.841	943
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	(36.546)	(2.565)
Sinistros ocorridos, mas não avisados DPVAT	(95)	(10.323)
Total	(131.646)	(14.971)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

c) Custo de aquisição

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Comissões sobre prêmios emitidos	(34.030)	(25.399)
Recuperação de comissão de cosseguro	1.314	1.028
Varição despesa de comercialização diferida	9.195	6.129
Outros custos de aquisição	(123)	(523)
Total	(23.398)	(18.765)

d) Resultado com resseguro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Recuperação de indenização	144.262	(21.261)
Recuperação de despesas com indenização	1.723	1.790
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	34.849	1.553
Receita com participação nos lucros	8.167	5.142
Prêmio cedido em resseguro	(237.405)	(189.054)
Repasse de salvados e ressarcimento	(75.841)	(552)
Provisão de prêmio não ganho	50.567	39.265
Total	(73.678)	(163.117)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Recuperação custo de apólice	1.176	415
Recuperação custo bilhete DPVAT	41	65
Tarifa bancária	(51)	(30)
Tarifa bancária DPVAT	(2.181)	(2.063)
Inspeção de risco	(127)	(94)
Provisão de recebimento de prêmios duvidosos	-	2
Despesas com emissão de apólice	(1)	(10)
Outras despesas DPVAT	(574)	(775)
Outras despesas	(1.344)	(646)
Total	(3.061)	(3.136)

f) Despesas administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(8.746)	(8.929)
Despesas com localização e funcionamento	(3.373)	(3.134)
Despesas com serviços de terceiro	(1.717)	(1.335)
Despesas com depreciação e amortização	(1.341)	(1.248)
Despesa administrativa DPVAT	(2.501)	(1.940)
Outras	(808)	(605)
Total	(18.486)	(17.191)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

g) Despesas com tributos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas com COFINS	(1.353)	(4.656)
Despesas com PIS	(87)	(815)
Taxa de fiscalização	(638)	(414)
Outras	(337)	(198)
Total	(2.415)	(6.083)

h) Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas:		
Títulos para negociação DPVAT	7.160	7.890
Títulos para negociação	15.838	15.627
Títulos disponíveis para venda	3.007	3.547
Com operações de seguros	17.295	74.947
Valorização cambial do disponível	3.109	4.477
Outras receitas	1.075	262
Despesas:		
Títulos para negociação	(962)	(1.497)
Títulos disponíveis para venda	(401)	(132)
Com operações de seguros	(16.513)	(70.797)
Encargos com obrigações	(3)	(3)
Desvalorização cambial do disponível	(2.556)	(9.846)
Despesas financeira seguros DPVAT	(7.160)	(7.890)
Outras despesas	(565)	(21)
Total	19.324	16.564

23. Resultado por ação – básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC nº 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador lucro líquido do exercício	27.526	19.932
Denominador (em milhares de ações)	56.566	53.942
Lucro por ação básico	0,49	0,37

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Resultado por ação – básico e diluído--Continuação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador lucro líquido do exercício	27.526	19.932
Denominador considerando as opções de ações (em milhares de ações)	67.041	64.867
Lucro por ação diluído	<u>0,41</u>	<u>0,31</u>

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período.

O resultado por ação diluído é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período incluindo as opções de ações em aberto.

24. Evento subsequente

O aumento do capital social deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017 no valor de R\$5.984, com emissão de 2.624.348 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,28, foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 768, de 29 de janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25. Responsáveis

Conselheiros:

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade:

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ 078.781/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029

Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 11.536.561/0001-26

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.



Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe, em seus aspectos mais relevantes, correspondência razoável dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679
EY Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57